

a mesma coisa? Só que eu estou com os vídeos aqui, centenas e centenas de pessoas andando pela rua, gritando, berrando. A pessoa, apavorada, não pode entrar em casa e não pode sair de casa. Centro de São Paulo; o coração do Brasil, o centro de São Paulo.

Então, tem que se dar condição, essa é a grande verdade. Se vai pôr a banda de música, se vai pôr escola, tem que dar condição para o cidadão poder chegar em casa, sair e descansar também, porque quem trabalha para pagar imposto tem que ter direito ao descanso.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Eu quero me unir a V. Exa. nesse relato. Sou testemunha de que a população que mora e trabalha naquela região está realmente refém e que é necessário mudar mentalidades.

Inclusive, as famílias dos dependentes ficam impossibilitadas de entrar na área para procurar seus filhos. Isso é um ponto que ninguém fala, mas muitas mães, muitos filhos querem procurar seus entes queridos e não podem entrar naquela área. Então, quero aqui apoiar a fala de Vossa Excelência.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem. Para uma comunicação?

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pois não. O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Quería registrar a honrosa presença da nossa deputada eleita Ediane Maria, deputada combativa dos movimentos sociais aqui de São Paulo que integra agora a nossa bancada do PSOL. Ela vai assumir agora, no dia 15, e está fazendo uma visita ao plenário, à nossa liderança. Seja bem-vinda. É uma pessoa de luta, de resistência, é um exemplo. Participa de vários movimentos, do movimento por moradia, do MTST, e é uma honra tê-la aqui com a gente este ano. Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Parabéns, deputada, pela eleição de Vossa Excelência. Que Deus abençoe o seu mandato. Muitas felicidades nesta Casa.

O SR. CONTE LOPES - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Pela ordem, Sra. Presidente. Só para cumprimentar também a deputada recém-chegada. Boa sorte e felicidades no mandato. Fique com Deus, um abraço. Boa sorte.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Seguindo com a lista de oradores inscritos de forma suplementar no Pequeno Expediente, chamo novamente à tribuna o nobre deputado Carlos Giannazi, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, de volta à tribuna no dia de hoje, quero aqui dizer que, na semana passada, acionei o Ministério Público Estadual e também protocolei na Comissão de Meio Ambiente requerimentos pedindo a convocação dos representantes do Jardim Botânico e da Secretaria do Meio Ambiente, Logística e Infraestrutura - agora mudou o nome, não é? - porque, de uma forma absurda e criminosa, o Jardim Botânico aprovou a realização de um evento...

Na verdade, não foi o Jardim Botânico, foi a empresa concessionária, porque o Jardim Botânico foi praticamente privatizado. Nós votamos contra a privatização do Jardim Zoológico e do Jardim Botânico. Todos se lembram, foi um dos primeiros projetos, acho que foi o primeiro projeto, ou segundo, do ex-governador Dória: a "privataria" tucana que foi aprovada aqui na Assembleia Legislativa.

Então, essa concessionária Reserva Paulista, empresa privada que não tem nenhuma preocupação com o Meio Ambiente - a única preocupação da Reserva é com o lucro -, ela autorizou a realização de um piquenique eletrônico - é quase uma "rave" - de doze horas dentro do Jardim Botânico. Três mil pessoas dentro do Jardim Botânico, deputado Conte Lopes. Olha só a agressão ao Meio Ambiente! Todos os pesquisadores, todos os cientistas, todos os ambientalistas são totalmente contra, dizendo que é um crime ambiental praticado aqui no estado de São Paulo.

Esse evento está programado para acontecer no dia quatro de março e ele não pode ocorrer. Espero que o Ministério Público entre com uma ação imediatamente e que a Secretaria do Meio Ambiente, a secretaria estadual, tome as providências e cancele esse evento, porque não é possível, é inadmissível, é inaceitável, porque o Jardim Botânico não é um parque urbano. O Jardim Botânico é um centro de pesquisas, um laboratório vivo. Temos várias espécies de fauna, de flora, é um lugar de pesquisa científica. Temos vários animais ali: tem macacos, tem bichos-preguiça, tem lagartos, tem gambás.

Fazer uma festa eletrônica... É uma das maiores festas eletrônicas do mundo e é feita por uma empresa do Canadá, vai lotar três mil pessoas. Isso é uma agressão aos animais e também à flora ali, que é um parque centenário o Jardim Botânico, fica ao lado do Jardim Zoológico. Então vai ser uma agressão, um crime ambiental que tem que ser detido.

Então eu espero que o Ministério Público tome todas as providências no sentido de que haja um impedimento desse evento no próximo dia 4 de março. E nós fizemos a convocação aqui também da Secretaria do Meio Ambiente e dos representantes da Reserva Paulista, essa empresa concessionária que só pensa no lucro. Três mil pessoas lá dentro, 12 horas, é um absurdo total.

É o negacionismo ambiental, o bolsonarismo chegando no estado de São Paulo. É um absurdo. É a união do negacionismo com o privatismo. O "Tucanato" se aliando agora ao negacionismo e nenhum cientista foi consultado, os pesquisadores que trabalham lá dentro há anos, que têm uma experiência enorme, que são premiados.

Os pesquisadores, que trabalham no Jardim Botânico, recebem prêmios, são homenageados por universidades internacionais inclusive, não foram consultados. Tanto é que a própria Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo soltou um documento contra esse evento criminoso - repito - que vai colocar em risco a fauna e a flora do Jardim Botânico.

Então faço aqui da tribuna da Assembleia Legislativa um apelo ao Ministério Público Estadual, ao governador Tarcísio e à Secretaria do Meio Ambiente, porque agora também é secretaria de Logística, de Infraestrutura, e me parece que tem lá um subsecretário do Meio Ambiente, porque na verdade a Secretaria do Meio Ambiente ficou escanteada, ficou periférica ali, porque o importante para esse governo é privatizar tudo, fazer grandes obras para contemplar as grandes empreiteiras.

O Meio Ambiente me parece que está escanteado. Tanto é que autorizou um evento para três mil pessoas, um evento de 12 horas dentro de um espaço como o Jardim Botânico, que é uma unidade de conservação e proteção. Isso não tem sentido. Então as providências devem ser tomadas imediatamente.

Nós vamos fazer todos os esforços para que esse evento não ocorra, esse tal de Piquenique Eletrônico, que é feito por uma empresa do Canadá; nem do Brasil é. É um dos maiores eventos eletrônicos de música eletrônica no mundo dentro desse espaço. Então eu queria fazer esse registro, Sra. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Muito obrigada, Sr. Deputado. Sigo aqui com a lista dos oradores inscritos de forma suplementar no Pequeno Expediente, chamando novamente à tribuna o nobre deputado Conte Lopes, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, retornamos à tribuna e vamos falar um pouco do governo federal, o governo Lula, porque o governo Lula está caminhando no governo olhando pelo retrovisor. Está olhando para trás; ele tem que olhar para frente. Não pode nem ficar pensando no Bolsonaro.

O Bolsonaro está lá em Miami, está lá nos Estados Unidos. Tem que ver o que esse governo vai fazer e não adianta ficar procurando inimigos na Polícia Civil, na Polícia Militar. A Polícia Civil e a Polícia Militar não são inimigas de ninguém. Elas cumprem o dever delas como sempre cumpriram, seja lá quem for o governo. A polícia cumpre o trabalho dela.

Nós já temos Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Exército, Marinha e Aeronáutica. Agora diz o Lula que vai criar uma Guarda Nacional. Para quê? Para não fazer nada também? Para não fazer nada? Então é bom a gente verificar isso. Todo mundo na época do Lula mandou cadastrar o armamento; fomos lá e cadastramos. O cara ter uma arma não quer dizer que ele é inimigo do PT ou do PSOL, não tem nada a ver uma coisa com a outra. O cara normalmente compra uma arma para se defender dos bandidos. Nós vimos uma família aí no Distrito Federal um mês atrás, dez pessoas foram mortas, da mesma família: o avô, a avó, os filhos e os filhos dos filhos, criançainha de três anos, mortos pelos bandidos. Será que se eles tivessem uma arma eles teriam morrido daquela forma que eles morreram?

Eu nunca pedi para ninguém comprar arma, nunca fiz propaganda disso. Agora, é um direito da pessoa se defender. Já que você não tem direito a polícia estar 24 horas te protegendo, quem quiser ter uma arma não ver uma filha ser estuprada, mulher ser estuprada, ter sua casa invadida. O interior, não é? Quantas vezes nós fomos para o interior fazer palestras, nossa Avaré, lá, terra do João Canovas e outros amigos, que os bandidos invadem uma fazenda, cinco, seis horas da tarde e saem seis horas da manhã, e levam o trator, leva insumos, leva gado, acaba com a família. O cidadão então pode a ter direito a uma arma se quiser. Ou até que uma onça vá comer um filho dele, ou um javaporco que ataca a casa dele. Ele não pode ter uma arma para se defender?

Então criaram um problema de arma de um problema de ordem, de democracia. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. O que nós temos é a bandidagem atacando em todos os lugares. Essa é a grande verdade. Se ataca no centro de São Paulo, como na Cracolândia, dominada pelo crime. "Ah, é difícil." Como difícil? É só pôr a Polícia lá. Antes de começar a reunir chega a Polícia. Não faz isso, é 24 horas por dia. A Guarda Municipal chega junto, é só isso que tem que fazer. Tem que se antecipar, não é? Tem que se antecipar. Quem está no comando tem que criar alguma coisa para se antecipar.

Quando eu geri a segurança do banco Itaú, durante dez anos acabaram com os assaltos ao banco Itaú, ninguém assalto mais lá, não, porque se o bandido fosse assaltar iria tomar tiro mesmo, porque a função do vigilante é dar tiro, não é sair da cabine de segurança e ir lá para fora, para morrer lá fora. Se ele tem uma cabine, que é blindada, e tem uma seteira para ele pôr o revólver e dar um tiro, é a função dele, ele foi treinado para isso. Dez anos, acabou assalto a banco.

Então estão misturando as coisas, misturando política com segurança pública. O cidadão, na fazenda, numa chácara, num sítio, ele tem uma arma para defender sua propriedade contra bandidos, que invadem, que barbarizam sua família, como essa família em que foram mortas dez pessoas. Ninguém fala nada, não é? Ninguém fala nada, quando morrem dez pessoas, "normal, está tranquilo". Agora a exigência está virando uma pessoa que tem um porte de arma, que para ter um porte de arma você precisa trabalhar, ter bons antecedentes, ir à Polícia registrar sua arma, ir ao estande de tiro para aprender a atirar - homens e mulheres. Homens e mulheres.

Porque, na verdade, você vai para o litoral, é assalto toda hora, vai para o interior, é a mesma coisa, Capital, mesma coisa. Então a única coisa que as pessoas querem é segurança. A hora que der segurança para essas pessoas, evidentemente ninguém vai querer andar armado, que até enche o saco você andar armado na rua. Para que, se você não precisa? Agora, enquanto você não dá segurança é o que eu estava falando ontem da Cracolândia, as pessoas ligando, que não podiam sair de casa e nem chegar em casa. O cara está com o filho e com a mulher e não consegue entrar no prédio em que ele mora porque está cheio de bandido nas ruas.

"Misericórdia, me ajuda, capitão, me ajuda." Bom, é difícil? É só pôr polícia lá. Se o bandido está, a Polícia tem que estar junto para evitar. "Ah, tem cinco mil reunidos, então não dá para ir mais." Então não deixa reunir os cinco mil. É a polícia da área que faz. Não vou ensinar ninguém, mas é a realidade. Agora, a gente cobra porque o pessoal cobra. Então, seu Lula, vamos olhar para a frente. O cidadão que tem uma arma é para se defender de bandido, não é problema político-partidário, que até alguns criaram, até foram prejudicados na eleição, Roberto Jefferson, esses candidatos aí que saíram dando... Não é minha, mas tudo bem, fazer o quê? Tudo bem, não, mas cada um vira herói como quer. Mas são coisas da vida. Coisas da vida.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Seguindo a lista dos oradores, chamo novamente à tribuna o nobre deputado Carlos Giannazi, para o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Eu acompanhei desde o final do ano passado até a semana passada, praticamente todo o processo de atribuição de aulas da rede estadual, que foi o pior de todos os tempos, porque eu nunca vi tantos professores prejudicados: desde os professores efetivos, concursados, os professores com estabilidade, o professor categoria "F" e o professor categoria "O" nem se fala.

Todos foram prejudicados porque, com a famigerada lei aprovada pela Assembleia Legislativa, a Lei nº 1378, do projeto de lei, na verdade, do PLC nº 3, do ex-governador Rodrigo Garcia, Dória e ex-secretário Rossieli, houve uma mudança nos critérios de atribuição de aulas porque, até então, os professores escolhiam as aulas através da sua pontuação, do tempo de serviço.

Se o professor tinha 10 anos na rede, ele tinha uma pontuação maior que um professor que entrou agora que está um mês, dois meses na rede, que é a forma justa que está no Estatuto do Magistério estadual, na Lei original nº 444, de 1985.

Mas, de uma forma perversa e sádica, para prejudicar os professores, houve a mudança do critério e depois houve ainda a publicação de uma resolução, a Resolução nº 85, consolidando, referendando essa alteração, que prejudicou e está prejudicando imensamente milhares e milhares de professores e professoras em todo o estado de São Paulo.

Nós temos milhares que não conseguiram aulas. Professores que estão há 20, 30 anos na rede estadual e ficaram fora da sala de aula. Professores com experiência, com acúmulo de experiência, com formação e ficaram fora porque a carga horária desses professores é menor.

Então, agora mudou o critério, não é mais pela pontuação, não é mais pela experiência, não é mais pelo tempo de serviço, e sim pela carga horária. Se o professor escolher uma carga horária maior, ele passa na frente daquele professor que está há 30 anos na rede estadual.

Isso é um absurdo total. Foi um verdadeiro massacre na rede estadual. Falei que é o genocídio da Educação, o genocídio do Magistério. Milhares de professores estão desempregados. Nós vamos iniciar o ano letivo provavelmente sem professores em muitas escolas por conta desse procedimento.

Mas não é só isso - isso já grave - nós aprovamos, no final do ano passado, um projeto de lei prorrogando os contratos dos professores de categoria "O" de 2018 e 2019 para que não houvesse interrupção, para que os professores continuassem trabalhando pelo menos por mais um ano.

No entanto, eles não receberam, têm várias irregularidades no pagamento desses professores, então essa situação continua. O novo secretário da Educação que assumiu agora, o dono da Multilaser, o empresário da Multilaser que, inclusi-

ve, eu denunciei agora porque ele tem contratos milionários com a Secretária da Educação, mas ele é o novo secretário da Educação.

E ele mesmo vai fiscalizar esses contratos da sua própria empresa que fornece equipamentos de informática, equipamentos eletrônicos para a rede estadual de ensino. Não tomou nenhuma atitude e ainda referendou isso, não se posicionou no sentido de mudar essa situação, de tentar minimamente resolver esse processo.

Então, foi isso que aconteceu e está acontecendo ainda no processo de atribuição de aulas. Foi o pior de todos os tempos. Eu acompanho as atribuições de aulas da rede estadual desde 1984, quando eu entrei na rede estadual, depois como deputado, como vereador, como deputado estadual e eu não tenho dúvidas de que esse processo foi o pior.

Ele tem que ser alterado imediatamente. Nós exigimos que seja refeita a atribuição de aulas, que nenhum professor fique fora porque todos têm o direito a escolher as aulas de uma forma transparente, de uma forma justa, isso é fundamental, e que haja agora, na volta do nosso trabalho legislativo, a mudança radical. Nós temos que alterar quase que integralmente essa farsa da nova carreira, a Lei 1.374. Essa será uma prioridade para nós na área da Educação, alteração profunda da Lei 1.374, de quase todos os artigos. Então essa vai ser a nossa luta aqui no sentido de que não haja mais prejuízo para os nossos professores. Então era isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Não havendo mais nenhum orador presente, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. CONTE LOPES - PL - Para um comunicado, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pois não, deputado.

O SR. CONTE LOPES - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Eu queria cumprimentar V.Exa. numa entrevista que V.Exa. deu para a CNN a respeito do que está acontecendo em Brasília, que pessoas que estão sendo denunciadas sem sequer o promotor falar que ele participou ou não de uma ação. Quer dizer, é o maior absurdo na área jurídica, V.Exa. coloca muito bem junto aos jornalistas, uma situação dessas. Como é que uma pessoa pode ser denunciada por um crime que não cometeu e o cara não sabe se ele cometeu ou não, não consegue provar, mas denuncia assim mesmo. Quer dizer, mudou o Direito no Brasil?

Parabéns a Vossa Excelência. Sinto muito V.Exa. não continuar aqui nesta Casa, (Inaudível.) V.Exa., no governo federal, no Senado da República, mas parabéns pela (Inaudível.). Estão denunciando por ouvir dizer, se você estava ou não estava, se participou ou não participou não faz mal. Vossa Excelência colocou muito bem. No meu linguajar popular, o pau que bate em Chico bate em Francisco. Amanhã ou depois é a pessoa do PT que vai estar apanhando também da mesma forma, como já apanhou no passado. Então V.Exa. colocou muito bem. Também não consigo entender uma pessoa é denunciada? Eu não estou conseguindo ver o crime, diz o promotor, mas eu denuncio assim mesmo.

Então parabéns a Vossa Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Muito obrigada, deputado Conte Lopes, obrigada pelo carinho e atenção de sempre.

Foi uma entrevista que rendeu muita polêmica, e eu realmente fiz uma abordagem eminentemente técnica, porque nós, inclusive, ensinamos em sala de aula. As pessoas às vezes falam: denúncia, denúncia de maneira genérica, mas no processo penal a palavra denúncia é sinônimo da petição inicial, que dá início a um processo. Então o órgão acusador, V.Exa. que também é dessa área de repressão sabe, apresenta uma denúncia, que é uma petição inicial quando tem a convicção da materialidade do crime, da autoria. Se o procurador não chegou à conclusão de que já tem os elementos, tem que pedir para complementar as investigações, e não iniciar um processo.

Então o que me surpreendeu, ao ler a denúncia, as denúncias, foi que estava escrito assim: "Apesar de não haver provas de que o cidadão estava no ambiente das depredações, denúncia." Isso não existe, com todo respeito, isso não existe. Por coincidência, hoje, vi que saiu uma matéria de que os próprios policiais federais estão questionando a apresentação precezo das denúncias. Então foi uma abordagem eminentemente técnica, não ideológica, e as pessoas precisam olhar para isso, porque abre um precedente ruim para a cidadania, para a Justiça, e assim por diante.

Mas agradeço imensamente a atenção de Vossa Excelência.

E haja vista que o colega na tribuna pediu o levantamento e é regimental, seguindo aqui digo: Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que havendo acordo de lideranças esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V.Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, informando que o presidente desta Casa já convocou os líderes para uma reunião, para um Colégio de Líderes para amanhã, às 14 horas e 30 minutos.

Desejando a todos uma excelente tarde e uma boa noite, declaro levantada a presente sessão. Até amanhã.

Está levantada a sessão.

* * *

Levanta-se a sessão às 15 horas e 04 minutos.

* * *

7 DE FEVEREIRO DE 2023

5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: DR. RAUL, CARLOS GIANNAZI, MAJOR MECCA, RICARDO MELLÃO e DOUGLAS GARCIA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DR. RAUL

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - JANAINA PASCHOAL

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

5 - DR. RAUL

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Endossa o pronunciamento do deputado Dr. Raul a respeito dos valores do auxílio-alimentação dos funcionários públicos do estado de São Paulo.

7 - CORONEL NISHIKAWA

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Defende a manutenção das atividades da Escola Estadual Doutor Alarico Silveira no bairro Barra Funda.

9 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - MAJOR MECCA

Assume a Presidência. Endossa o pronunciamento do deputado Conte Lopes. Menciona a dificuldade de acesso à comunidade de Paraisópolis, por policiais militares.

12 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

13 - DR. RAUL

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - PRESIDENTE RICARDO MELLÃO

Assume a Presidência.

16 - PRESIDENTE DOUGLAS GARCIA

Assume a Presidência.

17 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

18 - RICARDO MELLÃO

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

19 - RICARDO MELLÃO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

20 - PRESIDENTE DOUGLAS GARCIA

Defere o pedido. Parabeniza Roberto Carneiro, atual presidente do Republicanos, e Sérgio Fontellas, ex-presidente do citado partido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do período adicional do dia 08/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Dr. Raul.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DR. RAUL - PODE - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Nós vamos partir agora para o Pequeno Expediente.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - DR. RAUL - PODE - Pela ordem, vamos chamar os oradores inscritos. Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Paulo Lula. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Deputado Carlos Giannazi presente. Pede a palavra, e a terá por cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Dr. Raul, seja bem-vindo à Assembleia Legislativa de São Paulo.

Eu gostaria de, no meu primeiro pronunciamento de hoje, nesta terça-feira, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público aqui presente e telespectador da TV Assembleia, dizer da nossa indignação, da nossa revolta, insatisfação, que não é só minha, mas de toda a rede estadual de ensino, de todo o Magistério, de todos os profissionais da Educação, com o descaso, com a ironia e, sobretudo, com a política de ódio do governo, que era a política de ódio do governo do PSDB, mas que tem continuidade agora com o governo do bolsonarista Tarcísio de Freitas aqui no estado de São Paulo, que teima em manter a mesma política de destruição do Magistério, de ataque aos direitos e à dignidade do Magistério estadual, mantendo as mesmas políticas.

Nós estamos acompanhando o processo de atribuição de aulas, que foi um verdadeiro caos. A Lei nº 1.378, aprovada aqui na Assembleia Legislativa, herança maldita do Dória, do Rodrigo Garcia, e do ex-secretário Rossieli Soares, está destruindo a Educação no estado de São Paulo, e a Assembleia Legislativa foi cúmplice, mesmo com todos os avisos, mesmo com a nossa oposição ao projeto de lei, ao PLC nº 03. Mesmo assim, não fomos ouvidos e agora os prejuízos estão dados, e são muitos.

Milhares e milhares de professores categoria "O" sem aulas, desemprego em massa na rede estadual de ensino. Injustiça no processo de atribuição de aulas. Mas, como se não bastasse isso, o governo mudou o critério de atribuição de aulas, não levando mais em conta o tempo de serviço, a experiência, a formação dos professores, e sim a carga horária.

Então, se um professor escolhia uma carga horária maior, ele passava na frente de um professor que tinha experiência, tinha pontuação, de 20 e 30 anos. É como se em um hospital, em um pronto-socorro, a direção do hospital trocasse os médicos, que estavam lá há cinco, 10, 15 anos, com experiência, por um recém-formado que estava chegando lá sem nenhuma experiência.

Alguém gostaria de ser atendido por esse médico sem experiência, só porque ele vai ficar oito horas no hospital, e o outro ficava seis horas, mas tinha um revezamento, logicamente, com outros? É isso que o governo estadual está fazendo com a rede estadual, querendo, inclusive, prejudicar os nossos alunos, as nossas crianças, os nossos adolescentes, os nossos jovens e os nossos adultos matriculados na rede estadual de ensino.

Mas não é só isso, e esse procedimento, esse critério, afetou todos os professores, não são os professores categoria "O", mas também os efetivos, professores categoria "F", todos foram prejudicados com esse novo critério, que tem que ser alterado imediatamente.

Mas, além disso, tem também a questão das APDs, das atividades pedagógicas diversificadas, que deveriam ser feitas em locais de livre escolha dos professores, porque não é possível elas serem feitas dentro das escolas. Primeiro porque não há espaço e segundo, que os professores acumulam cargos. Os professores trabalham na rede estadual, na rede municipal. Professores às vezes têm dois cargos na própria rede estadual, um cargo de manhã, o outro cargo à tarde porque o professor não consegue sobreviver apenas com um cargo, ainda mais com salários arrojados, defasados como são os salários da rede estadual de ensino.

Então, esse procedimento, essa obrigatoriedade, colocada pela Lei nº 1.374, de 2022, ela está prejudicando também milhares e milhares de professores.

Então é importante que a Secretaria de Educação também essa orientação, esse procedimento liberando essas APDs. Elas devem ser feitas de acordo com o interesse dos professores onde for possível, porque é o momento em que o professor faz pesquisa, o momento em que o professor prepara as aulas, prepara as avaliações, corrige as avaliações.

Nesse momento, ele não precisa necessariamente estar dentro da escola, isso tem que ser alterado imediatamente, nós temos que acabar com essa falta-dia, tem que voltar a ter falta-aula e não a falta-dia, nós temos que voltar o valor da gratificação, valor original para quem trabalha em PEI. São várias mudanças e, para resolver isso, tem que alterar, nós temos que fazer uma profunda alteração na Lei nº 1.374 de 2022, ela tem que ser radicalmente alterada, talvez até revogada. Estamos debatendo isso para que nós possamos resolver todas essas situações e outras que eu não citei aqui.

Trazer de volta a falta-aula, aumentar a gratificação para quem trabalha no PEI, resolver a questão das APDs, porque muitos professores estão pedindo exoneração de um cargo do estado ou da prefeitura ou saindo da rede particular porque não têm condições de fazer o acúmulo de cargo. Então, nós exigimos que a Secretaria de Educação resolva todos esses problemas.

Por fim, Sr. Presidente, a questão gravíssima da falta de pagamento dos professores categoria "O", dos contratos de 2018 e 2019. Nós aprovamos o projeto aqui, na Assembleia Legislativa, no final do ano. O projeto foi sancionado, prorrogando os contratos no estado, no entanto, esses professores não estão recebendo, até agora não foram pagos, olha o absurdo da Secretaria de Educação.

Então é por isso que esse governo do Tarcísio de Freitas está dando continuidade à política de ódio, de intolerância e de destruição do magistério estadual, e nós não podemos permitir. A Assembleia Legislativa tem a obrigação moral de defender o magistério e reverter essa nefasta, perversa e sádica legislação